



Cartas de Liberdade (1885-1888) e a Resistência: Reflexões para o Ensino de História na Educação Profissional e Tecnológica

Letters of Freedom (1885-1888) and Resistance: Reflections for the Teaching of History in Technical and Vocational Education and Training

Cartas de libertad (1885-1888) y resistencia: reflexiones para la enseñanza de la historia en la educación profesional y tecnológica

 **Dayane de Barros Mazotto** E-mail: dayane.mazotto@gsuite.iff.edu.br

 Rede Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC RJ), Brasil

 **Jefferson Manhães de Azevedo** E-mail: jeffersonmazevedo@gmail.com

 Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil

 **Karina Hernandez Neves** E-mail: karina.neves@gsuite.iff.edu.br

 Instituto Federal Fluminense *Campus Bom Jesus*/RJ, Brasil



Resumo: O presente artigo é proveniente da pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica [ProfEPT] do IFFluminense, cujo objetivo é promover a utilização das Cartas de Liberdade, documentos de fontes primárias, localizadas no Centro de Documentação de Carangola/MG, no *Campus Bom Jesus* do Itabapoana (RJ), a fim de contribuir para a promoção de uma educação antirracista. A metodologia do estudo está fundamentada em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Pautada em uma proposta de educação antirracista, a investigação está materializada por meio de um minicurso, estruturado em dois momentos distintos. O primeiro enfoca o contexto desde a ocupação pela Família Lannes à emancipação de Carangola destacando os fatos históricos relacionados ao povoamento da região e às relações escravistas. O segundo, por meio de uma pesquisa bibliográfica, classifica as Cartas de Liberdade, a fim de destacar os escravizados como sujeitos do processo, suas formas de resistência e as estratégias de sobrevivência. Os resultados apontam que é fundamental apresentar as questões étnico-raciais por uma outra conjuntura, que não a do europeu, mas capaz de ressaltar a riqueza cultural das sociedades africanas.

Palavras-chave: educação antirracista; Cartas de Liberdade; NEABI; resistências.

Abstract: This article comes from research by the Postgraduate Program in Professional and Technological Education [ProfEPT] at IFFluminense, whose objective is to promote a study based on the letters of Freedom, documents from primary sources, located at the Documentation Center located in the Carangola/MG, at Bom Jesus do Itabapoana Campus, in order to contribute to the promotion of anti-racist education. The study methodology is based on bibliographical research, documentary research and field research. Based on an anti-racist education proposal, the investigation is materialized through a short course, structured in two distinct moments. The first focuses on the context from the occupation by the Lannes Family to the emancipation of Carangola, highlighting the historical facts related to the settlement of the region and slave relations. The second, through bibliographical research, classifies the Letters of Freedom, in order to highlight the enslaved as subjects of the process, their forms of resistance and survival strategies. The results indicate that it is essential to present ethnic-racial issues from a different perspective, other than that of Europe, but capable of highlighting the cultural richness of African societies.

Keywords: anti-racist education; Letters of Freedom; NEABI; resistance.

Resumen: Este artículo surge de una investigación del Programa de Postgrado en Educación Profesional y Tecnológica [ProfEPT] del IFFluminense, cuyo objetivo es promover el uso de Cartas de Libertad, documentos de fuentes primarias, ubicado en el Centro de Documentación de Carangola/MG, en el Campus Bom Jesus de Itabapoana, con el fin de contribuir a la promoción de la educación antirracista. La metodología de estudio se basa en la investigación bibliográfica, la investigación documental y la investigación de campo. Partiendo de una propuesta de educación antirracista, la investigación se materializa a través de un curso breve, estructurado en dos momentos bien diferenciados. El primero se centra en el contexto desde la ocupación de la familia Lannes hasta la emancipación de Carangola, destacando los hechos históricos relacionados con el poblamiento de la región y las relaciones esclavistas. El segundo, a través de investigaciones bibliográficas, clasifica las Cartas de Libertad, con el fin de resaltar a los esclavizados como sujetos del proceso, sus formas de resistencia y estrategias de supervivencia. Los resultados indican que es fundamental presentar las cuestiones étnico-raciales desde una perspectiva diferente a la europea, pero capaz de resaltar la riqueza cultural de las sociedades africanas.

Palabras clave: educación antirracista; Cartas de Libertad; NEABI; resistencias.

Introdução

“Por que nas aulas de história somente a história do negro escravo é discutida e não a simbologia e identidade da cultura afro-brasileira?” [Caixeta, 2020]

O presente artigo é proveniente de uma pesquisa ainda em andamento no programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Fluminense. Por meio do estudo, que se debruçou sobre a temática da escravização por um novo ângulo, foi possível apresentar as questões étnico-raciais por outra conjuntura, que não a do europeu, mas capaz de ressaltar a riqueza cultural das sociedades africanas, suas formas de resistência, tradições e a influência desses elementos na cultura brasileira. Nesse sentido, é preciso romper com os paradigmas que apresentam a escravidão apenas pelo olhar da violência, assim como é preciso penetrar nas casas de pessoas negras e não negras, resgatando a dignidade histórica e intelectual do povo negro, propiciando autoestima à juventude [Pinheiro, 2021].

É possível perceber, nesse sentido, que os eventos históricos do passado ainda repercutem em nosso presente, dessa maneira, somente uma educação voltada para a diversidade é que dará rumos novos para as questões étnico-raciais. Percebe-se, atualmente, que o racismo está em diversas situações do cotidiano. Vivemos um racismo estrutural, definido por Silvio Almeida [2018] como algo que integra a organização econômica e política presente na sociedade. Isso pode ser percebido em inúmeros fatos abordados por notícias nas mídias sociais, que mostram pessoas negras em diversas partes do Brasil e do mundo sofrendo por discriminação.

Para exemplificar essa situação, podemos citar o caso do Vinícius Júnior, jogador do Real Madrid, que, desde 2021, sofre com insultos nos campos de futebol europeu. Tal situação ficou ainda mais acirrada no domingo dia 21/06/2023, quando o jogador foi chamado de "macaco" por torcedores do Valencia, durante partida do campeonato espanhol conhecido como "LaLiga" [BBC, 2023].

Esse fato evidencia que, diariamente - nas redes sociais, nas salas de aula, nos estádios e nas ruas - somos testemunhas de um ou outro caso de racismo [Pacini, 2016, p. 14]. Compreende-se que os atos em questão penetraram num ambiente permeado pela influência do racismo estrutural [Almeida, 2018], que se manifesta das mais diferentes maneiras.

Tendo em vista essa perspectiva, justifica-se o interesse em aprofundar o conhecimento sobre a temática da escravização, priorizando a resistência africana, e em formar estudantes conscientes, promovendo a valorização da cultura africana no cenário brasileiro e contribuindo para melhorias nas relações étnico-raciais. Embasada na proposta de Lei 10.639/03 [Brasil, 2003], que torna obrigatório o ensino de História e cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental e médio, a pesquisa aqui apresentada propõe analisar de que forma o ensino da disciplina História pode contribuir para uma nova mentalidade dos estudantes a respeito da escravização e do racismo no Brasil.

Assim, pretendeu-se, como objetivo, promover a utilização das Cartas de Liberdade como fontes primárias de conhecimento, contribuindo para o estudo da Educação Profissional e Tecnológica, buscando, ainda, construir novas referências potencializadoras a respeito da resistência e luta dos afrodescendentes, colocando-os como agentes históricos.

Considerando a afirmação do historiador Marc Bloch [2001] de que a “História é um estudo do homem no tempo e no espaço”, compreende-se que o fato histórico não deve ser apresentado de forma isolada, mas sempre inserido em seu devido contexto. Com base nesse princípio,

foi apresentado aos estudantes da 3ª série – turmas A e B – do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal Fluminense *Campus* Bom Jesus do Itabapoana, um panorama histórico da ocupação do Vale do Carangola, região onde se insere a documentação das Cartas de Liberdade.

Para essa contextualização, foram utilizadas as correspondências de Alexandre Bréthel, um francês que se estabeleceu na região entre 1862 e 1901, e que registrou, em seus relatos, importantes informações sobre o território, o sistema escravista, a chegada da linha férrea e o processo de abolição. As Cartas de Liberdade localizadas no Centro de Documentação Histórica de Carangola, datadas entre 1885 e 1888, estão inseridas nesse mesmo contexto histórico, revelando aspectos fundamentais das tensões sociais e jurídicas no período final da escravidão.

A partir desse contexto, destacam-se algumas mudanças significativas ocorridas em Santa Luzia do Carangola (como o município era denominado em 1880); a emancipação política em 1882, o início da construção da linha férrea em 1885/1886, o que representou um marco de progresso para a cidade e localidades vizinhas, e, por fim, a elevação à categoria de comarca em 1890 [Corrêa, 2017].

A escolha desse recorte temporal justifica-se pelo foco da pesquisa nas **Cartas de Liberdade**, documentos de fontes primárias extraídas de processos cíveis — frequentemente associadas a testamentos e registradas em cartórios. Esses documentos contêm pedidos de alforria, baseados em alegações dos cativos e em situações variadas, nas quais recebiam promessas de liberdade feitas pelos senhores. A partir da década de 1980, essas cartas passaram a ser analisadas com maior profundidade por historiadores acadêmicos, o que possibilitou o desenvolvimento de novas abordagens interpretativas sobre o sistema escravista brasileiro. Esses estudos contribuíram para o surgimento de novos objetos de pesquisa e para uma revisão crítica da historiografia tradicional, evidenciando o protagonismo dos sujeitos escravizados e suas diversas formas de resistência.

Referencial Teórico

Tem-se aqui o referencial teórico tomado por base para o desenvolvimento desta pesquisa. A princípio, é fundamental compreender como a sociedade brasileira progrediu, no sentido de prever em Lei a necessidade de uma educação antirracista.

Carangola: Uma breve trajetória da ocupação à emancipação política

Não espanteis, pois os assassinatos são muito comuns por aqui, no meio da floresta. Lá pelo Rio está a civilização; mas, aqui é bom não esquecerdes, estamos em contato com a ‘selvageria’. Somos os pioneiros avançando para deixarmos limpo o caminho de nossos filhos [...]. [Carvalho, 2001, p. 34]

A ocupação do Vale do Rio Carangola, que compreende as atuais cidades de Carangola, Faria Lemos e Tombos, pertencentes ao Estado de Minas Gerais, e Porciúncula e Natividade, situadas no Estado do Rio de Janeiro, foi atribuída aos povos originários, os puris, catadores de poaia, uma erva composta de várias raízes vomitivas, muito comercializada no mercado litorâneo, e aos faiscadores, que, por volta de 1830, estavam à procura de ouro. Caberia, entretanto, aos irmãos Lannes, de descendência francesa, iniciar a ocupação.

Por volta de 1830, chegaram os primeiros posseiros. Segundo [Mercadante \(1990\)](#), caberia aos irmãos Lannes a ocupação e a formação dos primeiros Arraiais. Há divergências sobre a vinda da família Lannes para o Vale do Rio Carangola. O relato mais recorrente é de que quatro irmãos, Joaquim, Francisco, Antônio e José de Lannes teriam sido os primeiros a chegar entre 1821 e 1823. Porém, em outra conjuntura, segundo [Boechat \(2006\)](#), teria sido José o primeiro a se aventurar na região.

Em 1862, Alexandre Bréthel, um ilustre imigrante Francês que atuava como farmacêutico e, posteriormente, como administrador da fazenda Algodão na referida região Santo Antônio do Carangola [atual Porciúncula-RJ], chegou ao Vale do Carangola. Durante 25 anos, Bréthel enviou correspondências para seus familiares, contando sobre sua vida, relatando o cotidiano da população da época e descrevendo a futura dizimação dos nativos da região. Revelou, com riquíssima minuciosidade, a relação violenta que existia entre negros e brancos, expondo como se deu a formação da região conhecida como Vale do Rio Carangola na medida em que a colonização avançava mata adentro [[Carvalho, 2001](#)].

Sobre os nativos, Alexandre descreveu como funcionava a economia da época: utilizava-se a força dos povos originários para retirar uma árvore típica da região, o Jacarandá, eram feitas as toras, as quais eram colocadas no Rio Carangola, chegando até Campos de Goytacazes, de onde eram destinadas ao Rio de Janeiro, sendo, por fim, transportadas para a Europa e para os Estados Unidos, grandes consumidores dessa madeira. Na forma de escambo, os indígenas recebiam, como pagamento, a cachaça.

Nesse sentido, Brethel tratou da futura dizimação dos nativos da região, na medida em que a colonização avançava mata adentro. Acerca desse fato, destacou:

Hoje, os índios que ainda sobrevivem, ao menos neste recanto do Brasil, tornaram-se inofensivos. Embriagam-se sempre que podem. A bebida, a cada dia faz um claro entre eles e, dentro de poucos anos, pelo menos uma tribo – a dos Puri – desaparecerá totalmente. Em vão a história tentará contar as raças desaparecidas e sondar os mistérios do passado. E terá, em resposta, o silêncio dos túmulos! Assim é o mundo... [[Massa, 2016](#), p. 80]

A dizimação dos povos originários obrigou os negros advindos de várias regiões da África a trabalharem arduamente, no âmbito nacional, por quase 400 anos. Como destacou [Moura \(1981\)](#), o escravizado era considerado o esqueleto que sustentava os músculos e a carne da sociedade, porque era o produtor da riqueza geral, por meio do seu trabalho.

Relatos sobre a relação violenta entre negros e brancos são comuns na história da colonização brasileira, fato que, de acordo com [Mercadante \(2003, p. 35\)](#) era habitual, pois “a violência imperava” por essas bandas. Na história regional não era diferente, o que é confirmado no relato de Bréthel. Daí o papel significativo desses relatos para compreender como se deu a formação do Vale do Carangola e a luta dos negros nesse período.

Em um de seus relatos, Bréthel descreveu um episódio ocorrido em agosto de 1865 na fazenda do seu sogro Joaquim de Lannes. Segundo ele, em uma noite na senzala, um negro tentou matar o feitor, que, por sorte, conseguiu se salvar. O negro fugiu, mas depois foi capturado, e, durante quinze dias, foi castigado, fazendo chorar sangue em cada batida. As feridas foram curadas com vinagre, aguardente, água, sal e suco de limão. O negro, após esse período, ainda permaneceu no tronco por mais um ano; e, por mais quatro anos, ou por toda a vida, levou argolas de ferro de peso leve, mas que tiraram toda a possibilidade de fugir novamente [[Massa, 2016](#)].

Outros relatos curiosos apresentados por Bréthel diziam respeito aos levantes negros que aconteciam na região. O farmacêutico destacou que, em 1887, o Vale do Carangola viveu um transtorno, pois aproximadamente 14, dos 18 mil escravizados, foram libertados na região. Na ocasião, Bréthel descreveu que eram frequentes as fugas, havia revoltas e queimadas nas lavouras de açúcar. Existia uma pressão escravagista muito forte em todo o Brasil, assim, Campos do Goytacazes, São Fidélis, Macaé e Carangola foram as primeiras cidades a ceder e liberar uma grande parte da mão de obra servil antes da abolição geral.

Nesse sentido, destaca-se que, assim como em todo o Brasil, as ideias abolicionistas cresceram no Vale do Carangola. Pressões de grupos, castigos noticiados nos jornais da época, as leis abolicionistas e os constantes relatos de casos de violências entre escravizados e senhores contribuíram para levar ao fim o regime escravista. Pesquisas realizadas por [Corrêa \[2017\]](#) evidenciam que, na década de 1880, no Vale do Carangola, mais especificamente em Santa Luzia do Carangola, houve um aumento significativo da criminalidade na região.

Definindo conceitos – as Cartas de Liberdade

Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique, nem ninguém que não entenda. [[Meireles, 2005](#)]

Carta de libertação, Carta de alforria, Carta de Manumissão, Carta de Emancipação – são nomes do instrumento legal em que, via de regra, se registrava, por escrito, a libertação de um escravo. De posse de uma carta, o escravo deixava de ser uma “mercadoria” para alçar-se à condição jurídica de pessoa [[Santos, 2008](#), p. 31].

Compreende-se que a alforria foi conquista dos cativos, haja vista que a resistência não foi algo estanque e nem moldado, não ficando somente restrita às fugas ou atos considerados mais radicais e extremos. Na verdade, a busca pela liberdade se dava, sobretudo, por meio de negociações, relações e estratégias de resistência cotidiana [[Sônego, 2010](#), p. 22].

[Moura \[1981, p. 89\]](#) completou a definição de “cartas ou títulos de alforria, sendo compreendidos como documentos por meio dos quais os senhores legitimavam a liberdade concedida aos seus escravos. Eram documentos registrados em cartório, e, com eles, o escravo ficava livre da tutela do senhor”.

Compreende-se que

as cartas de alforria foram os primeiros instrumentos utilizados para a libertação de escravos, os quais deixavam a condição de objeto, de mero patrimônio de alguém, e passavam à condição formal de livre, tornando-se um liberto. A alforria por carta era um ato alicerçado no direito consuetudinário, isto é, pautado em costumes, mormente em razão da ausência de uma regulamentação legal [[Rezende; Silva, 2016](#), p. 6].

Nesse sentido, para compreender um pouco dessa conjuntura, faremos uma breve explanação acerca das Cartas, que podem ser: de **alforria gratuita** ou **incondicionada**, **condicionada**; **paga** ou **onerosa**; **coartada** e de **pia**.

As **alforrias gratuitas ou incondicionadas** eram oferecidas aos escravos, em sua maioria, como uma “recompensa à lealdade, ao tempo de trabalho e aos bons serviços prestados e ocorriam, com maior frequência, entre os escravos domésticos ou com aqueles que tivessem um relacionamento mais íntimo com seus senhores” [Amorim; Paula, 2019, p. 175].

Um modelo amplamente reconhecido pelos historiadores brasileiros é o da **Alforria Condicionada**, prática recorrente nas relações entre senhores e escravizados. A liberdade não era concedida de forma imediata, estando subordinada ao cumprimento de condições preestabelecidas pelo senhor. Tais exigências podiam incluir a prestação de serviços por um período adicional, ou estabelecido por meio de pagamentos. Em muitas dessas cartas, era comum o uso da expressão “**servir até a morte do senhor**”, o que evidencia que a liberdade dependia não apenas do esforço da pessoa escravizada, mas também da vida do seu proprietário, mantendo o vínculo de dominação até o fim.

Outro tipo de carta é a **paga ou onerosa**, que, comumente, “estava associada à liberdade ao ressarcimento monetário, mercadorias, prestação de serviços ou até por substituição, quando o cativo permutava sua liberdade dando em troca outro escravizado” [Alves, 2022, p. 107].

Havia também a **Alforria Coartada** ou a **Carta de corte**. “Para conseguir a liberdade, era necessário que o escravizado pagasse uma quantia ao seu senhor ou trabalhasse anos para outra pessoa, para pagar sua alforria, havendo a possibilidade de parcelar ou financiar o valor estipulado” [Amorim; Paula, 2019]. Independentemente de como o escravo guardava dinheiro suficiente para comprar a si mesmo, “a maioria trabalhava durante anos para seus donos, oferecendo serviço obediente para merecer a alforria e depois trabalhando horas extras para ganhar mais dinheiro” [Karasch, 1987, p. 468].

Dentre as várias Cartas de Liberdade citadas, ainda havia uma conhecida como **Alforria de Pia**, concedida aos escravizados no ato do batismo. Para ser concedida, era necessário o pagamento de uma taxa pelo pai biológico, padrinho ou até mesmo pelo senhor. A alforria de Pia era registrada nos livros das Paróquias da Igreja, diferentemente das demais, que eram registradas em cartório. Essa forma de alforria era muito utilizada pelos senhores quando se tratava de filhos abastados [Amorim; Paula, 2019].

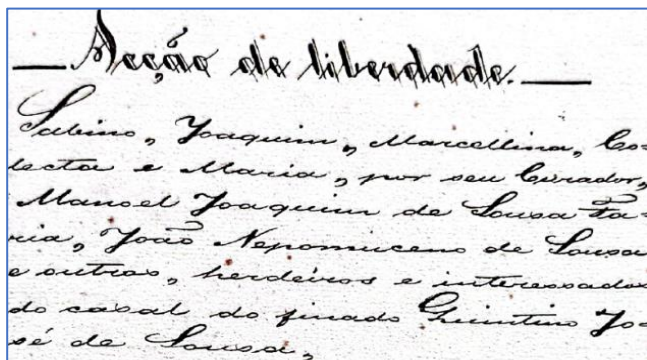
O minicurso e as Cartas de Liberdade- Centro de Documentação Histórica de Carangola

O minicurso foi dividido em momentos distintos e contou com o uso de recursos como datashow e slides. Estruturado com o objetivo de evidenciar a resistência e a cultura negra nas escolas e na sociedade, a proposta visou proporcionar novos olhares sobre a escravidão, a liberdade e as lutas dos sujeitos negros. Para isso, utilizou-se a análise de documentos de fontes primárias — as Cartas de Liberdade — que apresentam fragmentos das histórias de vida e, sobretudo, das estratégias de resistência de pessoas escravizadas.

No primeiro momento, foi apresentada a formação histórica da cidade de Carangola, local onde se encontram quatro Cartas de Liberdade preservadas no Centro de Documentação Histórica de Carangola. Dentre os documentos, destaca-se uma carta que possui características de **alforria condicionada**. Nessa modalidade, a liberdade era concedida mediante exigências específicas, como o pagamento de despesas com funeral do senhor. Assim, os escravizados só poderiam gozar plenamente da liberdade prometida após cumprir tais condições.

Após essa contextualização, os estudantes tiveram contato direto com os documentos. Inicialmente, realizaram a leitura da carta com atenção à identificação de palavras com grafias antigas ou diferentes das utilizadas atualmente.

Figura 1. Carta de Liberdade: nº 18 /Maço: 06



Fonte: Centro de Documentação Histórica de Carangola

A carta analisada trata da seção de liberdade de cinco pessoas escravizadas: Sabino, Joaquim, Marcelina, Colecta e Maria. Esses indivíduos se apresentaram na Comarca de Santa Luzia do Carangola, ao escrivão João Ferreira Brant, em 18 de abril de 1888, acompanhados por seu curador, Manuel Joaquim de Sousa Faria, Nepociano e outros herdeiros do falecido senhor Quintino José de Sousa.

Segundo o documento, Quintino teria adoecido gravemente em julho ou agosto de 1886 e faleceu pouco tempo depois. Antes de morrer, manifestou seu último desejo: que seus cinco escravizados fossem libertos, desde que quitassem todas as despesas com sua saúde e funeral. Em 1888, os escravizados, por meio de seu curador, apresentaram-se ao cartório para formalizar esse desejo e garantir sua liberdade.

A carta também registra um episódio marcante:

Quintino disse a Pereira Ribeiro que queria mostrar seu testamento ao sargento José Luciano de Souza Guimarães para que lhe dissesse se o mesmo estava em ordem ou careceria de qualquer formalidade: José Luciano aparecendo na casa de Manoel de Souza e obtendo o testamento do ex-senhor dos *supp es* para examinar, disse a este que aquilo não valia nada e que ia fazer-lhe outro, rasgando-o e queimando. Dias depois faleceu Quintino sem que fizesse novo testamento nem garantindo o direito de liberdade do *supp es* já perfeito e a adquirido legalmente por escripto sem constrangimento de pessoa alguma a não ser dito sargento José Luciano, que haver prejudicado o direito dos *supp es* com aquella acção indicara tamanha mesquinha, violenta e até criminosa. Averdada dos factos fielmente narrados nesta petição, os *supp es* se propõem a demonstrar pela competente acção de liberdade [[Fragmentos -Carta de Liberdade: nº 18 / Maço: 06- Centro de Documentação Histórica de Carangola](#)].

No segundo momento do minicurso, a professora responsável fez uma nova leitura do documento, enfatizando a narrativa histórica e os fatos descritos. A partir disso, promoveu-se um debate com os estudantes sobre as transformações na ortografia da língua portuguesa ao longo do tempo, a forma como os escravizados eram retratados — frequentemente chamados de “suplicantes” — e a riqueza de detalhes presentes nos registros históricos.

No terceiro momento, aprofundou-se a análise da carta como exemplo de alforria condicionada. Discutiu-se como, nesse contexto, a liberdade não era um direito pleno e imediato, mas um processo atrelado a contrapartidas, como a prestação de determinados serviços ou o pagamento de valores estipulados. Tal exigência obrigava os escravizados a permanecerem em trabalho por um período, mesmo após a promessa de liberdade, até que pudessem ser reconhecidos, de fato, como libertos.

Esse estudo das Cartas de Liberdade, sobretudo da carta de alforria condicionada, proporcionou aos participantes do minicurso uma compreensão mais ampla das complexas relações sociais e jurídicas da escravidão no Brasil do final do século XIX. Ao mesmo tempo, revelou tanto as estratégias de resistência quanto as limitações impostas à liberdade dos sujeitos escravizados.

Essa abordagem segue a perspectiva evidenciada por [Souza \(2009\)](#), que destaca:

Trazer essas informações para a sala de aula faz com que estudantes, pensem de forma mais libertadora o fato de que o negro escravo não foi um ser totalmente submisso às condições impostas, foi sim muito inteligente, ele encontrou formas de protestar, para negociar e até para se libertar. Ouvir esse lado heroico certamente contribuirá para que o estudante negro sinta orgulho de sua raça e se motive a continuar acreditando e lutando para a afirmação da população negra na sociedade brasileira [[Souza, 2009](#), p. 30].

Por fim, a análise das Cartas de Liberdade permitiu evidenciar aspectos do universo mental, cultural e social dos sujeitos escravizados. Revelou também o grau de entendimento que muitos deles possuíam sobre os conceitos de escravidão, liberdade e até mesmo sobre o funcionamento das leis da época. Como afirma [Dias \(2010\)](#), nas páginas desses processos estão presentes “fragmentos de um saber jurídico, de práticas sociais e de visões de mundo que os cativos mobilizavam na luta pela liberdade”.

Processos Metodológicos/materiais e métodos

Nesta seção, será apresentada a abordagem metodológica, com destaque para os materiais, os métodos, os participantes e as etapas que nortearam a realização da pesquisa, alinhando-se às propostas do NEABI.

Percurso Metodológico

A pesquisa proposta utilizou, como procedimentos metodológicos, a **pesquisa bibliográfica**, a **pesquisa documental** e a **pesquisa de campo**. De acordo com seus objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva, com tratamento dos dados sob uma abordagem qualitativa e de natureza aplicada.

Em relação aos procedimentos, a investigação seguiu uma abordagem metodológica mista, organizada em três etapas. A primeira consistiu na **pesquisa bibliográfica**, realizada com base em autores que abordam as Cartas de Liberdade como instrumentos de resistência à escravidão. Destacam-se, nesse contexto, as contribuições de Emília Viotti da [Costa \(1966\)](#), Sidney [Chalhoub \(1990\)](#), Hebe Maria Mattos de [Castro \(1998\)](#), Robert [Slenes \(1999\)](#) e Marcus J. M. [Carvalho \(2010\)](#), cuja produção teórica fundamentou a análise histórica do tema.

Na etapa seguinte, foi desenvolvida a **pesquisa documental**, com a análise de quatro Cartas de Liberdade, documentos de fontes primárias localizados no Centro de Documentação Histórica de Carangola. Esses registros referem-se a processos cíveis de pessoas escravizadas que, entre os anos de 1885 a 1888, recorreram ao cartório local para oficializar a liberdade, geralmente resultante de acordos entre os próprios escravizados e seus senhores.

Para contextualizar esses registros, foi apresentada a história da formação do Vale do Carangola e a atuação da Família Lannes como agentes do processo de ocupação da região. Tal contextualização visa evitar uma análise isolada dos fatos, situando os eventos em seu panorama histórico mais amplo. Por isso, adotou-se um recorte temporal que abrange desde a chegada da Família Lannes até a emancipação política do município de Carangola. Esse recorte permite compreender o cenário histórico que influenciou a abertura dos processos judiciais referentes às Cartas de Liberdade, bem como refletir sobre o movimento abolicionista na região e suas repercussões nas dinâmicas sociais e nas transformações das relações de trabalho no Vale do Carangola.

A última etapa correspondeu à aplicação do Produto Tecnológico junto aos estudantes da 3ª série – turmas A e B – do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal Fluminense [IFF] *Campus* Bom Jesus do Itabapoana. Como já mencionado, o público-alvo foi composto por 46 estudantes, com idades entre 16 e 17 anos.

O minicurso aplicado foi intitulado: **“As Cartas de Liberdade e a Educação Antirracista na Educação Profissional e Tecnológica.”** Sua elaboração esteve alinhada aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica [EPT], visando contribuir com a formação integral do indivíduo e com a preparação para o mundo do trabalho. A proposta teve como foco o aprofundamento do conhecimento sobre a escravidão a partir da análise de fontes primárias – as Cartas de Liberdade –, possibilitando uma abordagem crítica, histórica e antirracista da temática.

As principais etapas:

1- Escolha dos sujeitos da pesquisa: as turmas A e B do 3º ano do curso Técnico em alimentos, a delimitação das turmas, partir da averiguação com o coordenador do NEABI que os estudantes que mais frequentam o local.

2- A análise do Projeto Pedagógico do Curso [PPC] Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal Fluminense *Campus* Bom Jesus do Itabapoana – revela uma lacuna no que se refere à abordagem da historiografia que atualiza a narrativa sobre a população escravizada, especialmente no que diz respeito às formas de resistência e à valorização do negro como protagonista de sua própria história.

3- Após essa etapa, foi organizado o minicurso ressaltando o papel do negro, e suas diferentes trajetórias, considerando-as como forma de luta e resistência ao sistema escravocrata.

4- Inicialmente situar o contexto das Cartas de Liberdade localizadas no Centro de Documentação de Carangola/MG, delimitado o recorte temporal da Ocupação pela Família Lannes à emancipação de Carangola, cenários das Cartas de Liberdade de 1885 a 1888.

5- Apresentação de o que são as Cartas de Liberdade, suas características e a construção de uma perspectiva do negro na luta e na busca pela liberdade.

6- Transcrição de trechos das quatro Cartas de Liberdade, localizadas no Centro de Documentação de Carangola/MG.

7- Reunião para decidir a data, horário e local de divulgação e aplicação do minicurso, com apoio do coordenador do NEABI do *Campus* de Bom Jesus de Itabapoana.

8- Reunião com os pais e responsáveis para entrega dos termos TCE e TALE.

9- Aplicação do minicurso.

Em busca de uma nova proposição metodológica, foram realizados questionários para os estudantes para analisar se possuíam conhecimento da existência dos documentos e após o minicurso uma outra nova avaliação, para compreender se houve ou não o reconhecimento das Cartas de Liberdade como forma de resistência. Dessa forma, por meio desse recurso educacional, espera-se reafirmar a identidade desses povos, reescrevendo a história a partir da visão da resistência e não da violência.

A pesquisa contou com a participação de 40 estudantes. Como proposta de condução do minicurso, foi realizada uma avaliação diagnóstica com o objetivo de explorar, por meio de uma análise qualitativa, a percepção dos estudantes em relação às questões antirracistas no âmbito pessoal e no cotidiano escolar.

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas (NEABI)

Dentre as várias particularidades de cada unidade do Instituto Federal Fluminense, destaca-se o NEABI [Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas] como um espaço de reflexão multidisciplinar, voltado à promoção do debate crítico e à valorização das culturas afro-brasileira e indígena. Por meio de diversas atividades culturais, o núcleo contribui significativamente para o fortalecimento da educação das relações étnico-raciais.

O NEABI do *Campus* Bom Jesus do Itabapoana, criado em 2013, tem se consolidado como um importante agente de transformação nesse campo. Com a realização de eventos como o *Abril Indígena* e o *Novembro Negro*, o núcleo tem possibilitado espaços permanentes de reflexão sobre temas ligados à diversidade, identidade, pertencimento e justiça social.

Partindo dessas perspectivas, o minicurso buscou estabelecer uma conexão entre o Centro de Documentação Histórica de Carangola/MG e o NEABI do *Campus* Bom Jesus do Itabapoana/RJ, por meio da análise de um acervo documental inédito: as Cartas de Liberdade. A escolha do *campus* de Bom Jesus se deu em razão da forte atuação local em temáticas étnico-raciais, o que potencializa a articulação entre as fontes históricas e o sujeito negro como protagonista no processo de escravidão e luta por liberdade no Brasil do século XIX.

Apesar da expressiva trajetória do NEABI em ações afirmativas, uma pesquisa preliminar revelou que, até então, nenhuma atividade havia sido desenvolvida com base em cartas de liberdade inéditas. Nesse contexto, o minicurso representou uma importante inovação metodológica e educativa, ampliando o repertório de ações do núcleo e reafirmando o compromisso com a valorização das memórias e vozes historicamente silenciadas.

Resultados e Discussão

Nesta seção apresentamos informações direcionadas sobre a pesquisa. Utilizamos um conjunto de gráficos para facilitar a compreensão dos resultados obtidos.

Questionário - antes do minicurso

A partir do desenvolvimento da pesquisa e com a proposta do Produto Educacional voltado para a educação antirracista, no dia 11 de março de 2024, no *Campus* de Bom Jesus do Itabapoana, foi realizado, com 40 estudantes das turmas A e B de 3º ano do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio, um minicurso com a temática: “As Cartas de Liberdade e a Educação Antirracista na EPT”.

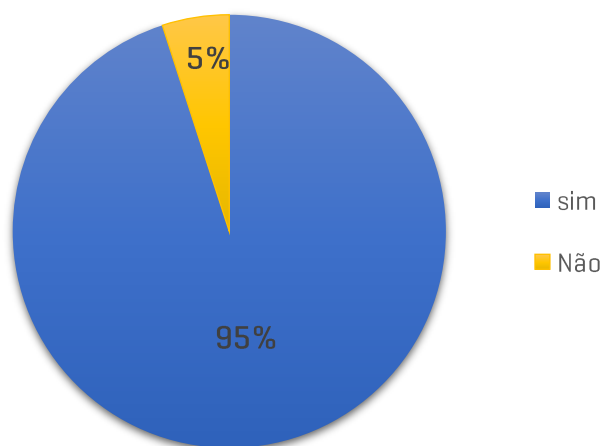
A proposta do minicurso foi demonstrar aos estudantes que a partir dos anos 80, uma nova historiografia surge, da qual os escravizados são colocados como sujeitos, apontando-os como agentes da sua própria história. A partir desses movimentos, em vários aspectos a vida dos escravizados passou a ser tema de estudo, como as relações sociais e familiares, a forma de luta pela liberdade, compreendida aqui como uma forma de resistência.

Neste âmbito, o objetivo do minicurso foi aliar essa nova historiografia com o uso de fontes primárias, em especial as Cartas de Liberdade, possibilitando demonstrar as trajetórias negras, e a sua forma de resistência ao sistema escravocrata.

Além disso, o minicurso procura refletir sobre o protagonismo dos escravizados e as diferentes formas de resistência à escravidão. Possibilitando assim, repensar a história dos negros em nosso país, na busca constante por promover uma sociedade democrática e antirracista, refletindo sobre o papel da Lei 10.639/03 que implantou no ambiente escolar a inclusão da história e cultura afro-brasileira.

Dessa forma, antes do minicurso foi aplicado um questionário. A primeira pergunta do questionário buscava investigar se os alunos estudaram sobre a escravidão no Brasil. 95% responderam que sim e 5% responderam não. Esse dado é importante, pois um dos objetivos da pesquisa era analisar se os estudantes teriam conhecimento sobre a história da população negra no Brasil, ainda com objetivo de compreender os desdobramentos de como era ser escravo no período colonial. Além disso, a obrigatoriedade da Lei 10.368/03, confirma que o tema escravidão é abordado nas escolas, embora a proposta da lei é inserir conteúdos nos currículos que busque conscientizar e promover as relações étnico-racial, assim como, valorizar a cultura e personalidades negras brasileiras (Pacin, 2016). As informações podem ser observadas no Gráfico 1.

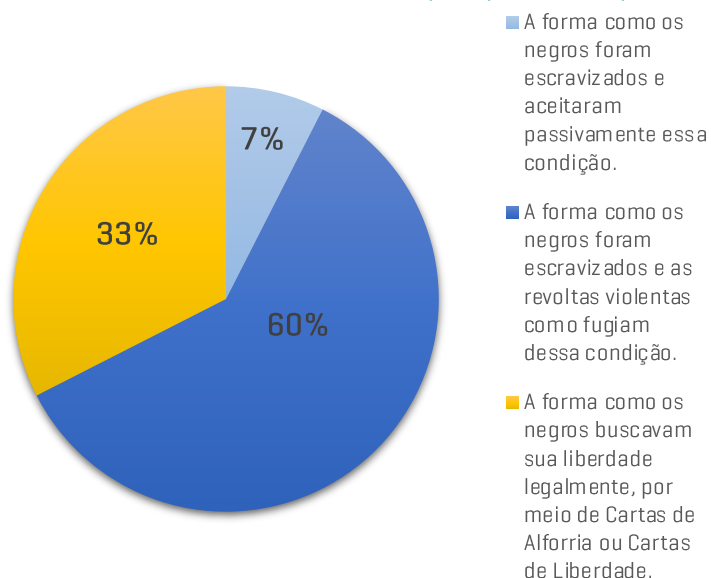
Gráfico 1. Você já estudou sobre a história da escravidão no Brasil?



Fonte: Organizado pela autora a partir de dados do questionário – IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2024

A segunda pergunta estava relacionada à primeira e questionava: “Em caso afirmativo, a perspectiva repassada a você foi:”. Segundo os dados coletados, 60% dos estudantes afirmaram que visão apresentada foi como os negros foram escravizados, as revoltas violentas e como fugiam dessa condição. Exatos 33% estudaram a forma como os negros buscavam sua liberdade legalmente, por meio de Cartas de Alforria ou Cartas de Liberdade, e 7% assinalaram a perspectiva estudada afirmava que os negros foram escravizados e aceitaram passivamente essa condição (Gráfico 2). Os dados nos remetem a uma reflexão de que a historiografia apresentada para os estudantes está pautada na escravidão direcionada para a violência, o que remete, no discurso nacional, a uma imagem que não valoriza a identidade da população negra enquanto membro da sociedade, reforçando o racismo em vez de superá-lo (Pacini, 2016, p. 16).

Gráfico 2. Em caso afirmativo, a perspectiva repassada a você foi:



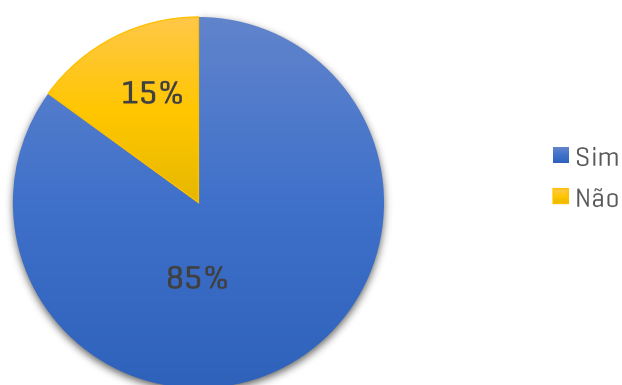
Fonte: Organizado pela autora a partir de dados do questionário – IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2024

A partir desses dados, compreende-se que a inclusão desse conteúdo contribui para a construção de uma imagem positiva e para um novo olhar sobre a história afro-brasileira e africana, além de promover a elevação da autoestima dos(as) estudantes negros(as). “Também favorece para tornar os estudantes não negros(as) conscientes da existência de um lado da história que por séculos nos foi negada” (Siqueira; Dias; Amorim, 2020, p. 632). Dessa forma, a maneira como esses temas são abordados torna-se extremamente importante para superar o apagamento histórico.

À terceira pergunta, “Você já presenciou algum caso de racismo ou injúria na sociedade?”, conforme apresentado no Gráfico 3, exatos 85% dos estudantes disseram já terem presenciado situações de racismo, enquanto 15% afirmaram não terem vivenciado.

Com esses dados, compreende-se que a sociedade brasileira ainda está mergulhada no racismo, o que pode estar associado ao fato de que, desde os primórdios da história do país, por quase quatro séculos, perpetuou-se a escravidão, colaborando para uma grande desigualdade racial. Como descreve Silvio Almeida (2018), o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições. São manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade (Almeida, 2018, p. 15).

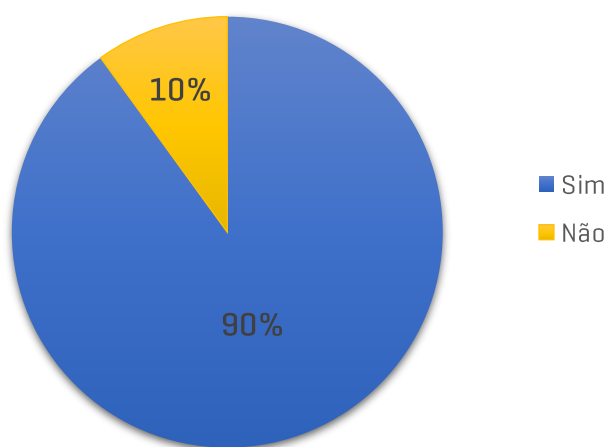
Gráfico 3. Você já presenciou algum caso de racismo ou injúria racial na sociedade



Fonte: Organizado pela autora a partir de dados do questionário – IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2024

As respostas apresentadas para a quarta pergunta “Você conhece o Núcleo de Estudo Afro-brasileiro e Indígenas [NEABI] do *Campus* Bom Jesus do Itabapoana?” indicam que 90% dos estudantes conhecem o NEABI, conforme apresentado no [Gráfico 4](#). Compreende-se que o NEABI representa um importante órgão da educação para as relações étnico-raciais, sendo “essa participação e controle social não somente desejáveis, mas fundamentais”, como aponta o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações étnico-raciais [IFFluminense, 2025].

Gráfico 4. Você conhece o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas [NEABI] do *Campus* Bom Jesus do Itabapoana?



Fonte: Organizado pela autora a partir de dados do questionário – IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2024

Além de propor vários eventos como o *Abril Indígena* e o *Novembro Negro*, o NEABI de Bom Jesus de Itabapoana desempenha um importante papel com funções direcionadas para pesquisas e extensão de estudos, promovendo a reflexão acerca das questões étnico-raciais.

Questionário – Após o minicurso

O minicurso foi distribuído em momentos distintos, utilizando materiais como datashow e slides, e sendo, ao final, compartilhado, de forma *on-line*, um manual ilustrativo contendo informações e ilustrações sobre ele.

No primeiro momento, para dar início à reflexão, foi apresentada uma frase de Ângela Davis: “Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista”. Buscou-se sensibilizar os estudantes sobre a importância do tema e o quanto ele deve ser debatido na sociedade atual, principalmente no âmbito escolar.

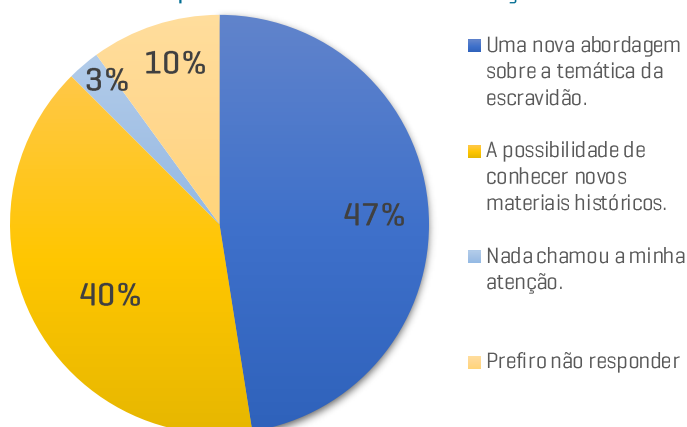
Além disso, de forma breve, foi apresentado como se deu a formação de Carangola/MG desde a sua ocupação até a emancipação política, procurando destacar aspectos da escravidão no Vale do Carangola, contextualizando os relatos de Alexandre Bréthel e as Cartas de Liberdade e suas classificações.

Após os momentos do minicurso, foi aplicado o questionário com questões abertas e fechadas com o intuito de compreender qual a percepção dos estudantes sobre o minicurso a partir de mudança na abordagem histórica.

Uma das perguntas selecionadas dos questionários foi: “O que mais te chamou atenção no minicurso?”. A essa pergunta, 47% os estudantes disseram ter sido a nova abordagem sobre a temática escravidão, o que vai ao encontro da proposta da pesquisa, que consiste em contribuir para uma nova abordagem da história dos brasileiros afrodescendentes, propondo uma visão do negro como protagonista da história da escravidão, e para a superação do modelo tradicional, que apresenta o escravizado como submisso.

Ainda sobre esse resultado, 40% dos estudantes afirmaram que o que mais chamou atenção no minicurso foi a possibilidade de conhecer novos materiais históricos. Compreende-se, dessa forma, que é necessário explorar, no contexto escolar, a utilização das Cartas de Liberdade, destacando a resistência, e dar visibilidade a uma parcela da população que praticamente não tinha outra forma de participação na narrativa história, a não ser como “mão de obra escravizada que, em determinado momento foi libertada”. Ressalta-se que apenas 10% dos estudantes preferiram não responder, e 3% declararam que nada chamou a atenção [Gráfico 5].

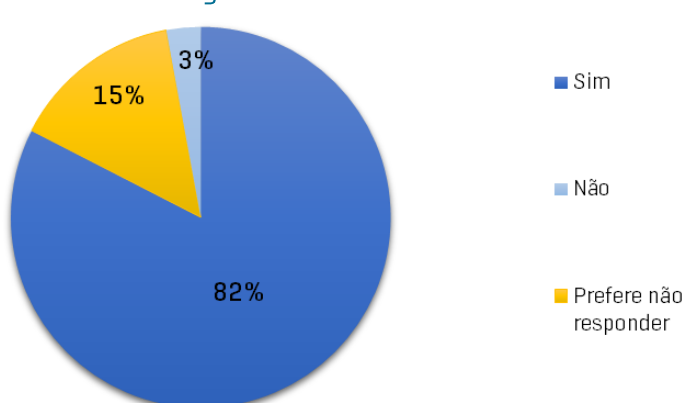
Gráfico 5. “O que mais te chamou atenção no minicurso?”



Fonte: Organizado pela autora a partir de dados do questionário – IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2024

Na questão 2, foi perguntado aos estudantes: “Você gostou do minicurso?”. O objetivo da questão foi avaliar se o minicurso foi significativo e desempenhou o papel de apresentar a escravidão por novo viés, destacando a resistência. Exatos 82% assinalaram que sim, e 15% preferiram não responder [Gráfico 6]. Esse resultado suscita reflexões no que diz respeito à importância de se acrescentarem novas abordagens sobre a escravidão, capazes de afirmar o protagonismo dos povos africanos.

Gráfico 6. Você gostou do minicurso?



Fonte: Organizado pela autora a partir de dados do questionário – IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2024

A última questão propôs aos estudantes, público-alvo e parte indispensável da pesquisa, um espaço aberto às críticas, sugestões e opiniões a respeito do minicurso. O objetivo foi verificar e avaliar a qualidade do minicurso e se ele possibilitou, de fato, uma mudança de mentalidade acerca do tema escravidão. Para tanto, o questionário foi anônimo, sendo os estudantes identificados apenas pela palavra “sujeito”, seguida de um numeral cardinal. As principais contribuições dos estudantes estão evidenciadas no [Quadro 1](#).

Quadro 1. Espaço aberto para comentar o que desejar sobre o minicurso

Estudantes	Comentários
Sujeito 1	Ótima abordagem e ótimo material
Sujeito 2	Muito Importante para a sociedade
Sujeito 3	Foi ótimo, parabéns!
Sujeito 4	Achei o minicurso informativo e que explica outros aspectos da escravidão
Sujeito 5	Deveria ser abordado esse assunto nas escolas com mais frequência
Sujeito 6	Foi muito bom o aprendizado e a explicação foi excepcional!

Fonte: Organizada pela autora a partir de dados do questionário – IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2024

A partir da observação dos comentários, pode-se afirmar que, de modo geral, o minicurso obteve *feedback* positivo e conseguiu atingir os objetivos propostos, no que se refere a uma nova proposta metodológica acerca do tema escravidão, como destacado pelo Sujeito 4 e complementado pelo Sujeito 5, respostas que evidenciam a pouca abordagem da temática, por esse viés, nas escolas.

Considerações finais

Como destaca [Chalhoub \[2010, p. 36\]](#), no Brasil, mais do que em outras sociedades escravistas das Américas, o processo de libertação de escravos ocorria concomitantemente à continuidade da própria instituição da escravidão. A partir de 1970 e 1980, uma nova historiografia surgiu, embasada em fontes primárias, interpretando a ação dos escravizados na luta pela liberdade como forma de resistência, transformando-os em sujeitos históricos, elementos fundamentais no sistema escravista.

Nesse âmbito, pode-se afirmar que o Brasil foi o maior país escravista, mas, ao mesmo tempo, o país que mais concedeu alforrias. Entende-se, assim, que as Cartas de Liberdade ou Cartas de Alforria nasceram e cresceram com a escravidão, sendo um documento “capaz de suscitar esperanças e ilusões nos homens e mulheres que palmilharam um caminho minado de armadilhas, o da liberdade” ([Mattoso, 2003, p. 180-181](#)).

A utilização das fontes primárias, materializada por meio das Cartas de Liberdade, deve estar inserida no contexto escolar, em busca de se desenvolver uma educação antirracista, já que, embora isso seja evidenciado e esteja na essência dos Institutos Federais, ainda é inédita a abordagem da escravidão por essa perspectiva a respeito das fontes primárias.

Ao realizarmos uma análise sobre as práticas educativas e políticas sobre a educação étnico-racial, encontramos avanços e dificuldades na aplicação da Lei 10.639/03, que determina o ensino da cultura Afro, principalmente nas disciplinas de Artes, Literatura e História. Ainda há muito a se progredir para a efetivação de uma educação antirracista, principalmente em relação ao currículo, as abordagens metodológicas e a historiografia eurocêntrica.

Nesse sentido, como destaca a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, professora da Universidade de Brasília e diretora geral do Arquivo Nacional, o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio [Enem] 2024 **“Desafios para a valorização da herança africana no Brasil”** apresenta-se como um grande marco da nossa história, pois se configura com um processo de reparação histórica, servindo de reflexão e estímulo para articulação de iniciativas que busquem superar o racismo na sociedade [Moya, 2024].

No que diz respeito à avaliação do minicurso, observou-se que os estudantes passaram a analisar as questões escravistas por um novo ângulo, compreendendo a existência de Cartas de Liberdade, de que modo elas eram utilizadas em seu contexto e como isso se configura como uma forma de resistência.

Foi possível perceber, a cada avaliação positiva do minicurso, que a abordagem adotada acerca da educação antirracista poderá, a longo prazo, trazer impactos positivos aos jovens, levando a uma mudança na mentalidade e, conseqüentemente, fazendo-os ter atitudes diferentes em relação às questões étnico-raciais.

Isso não significa afirmar que o minicurso se configura como a única ferramenta pedagógica eficaz e capaz de proporcionar uma educação antirracista, pois há um caminho longo e contínuo na construção de um mundo inclusivo e consciente. Por fim, conforme indicado por Leal [2023, p. 45], entendemos que a educação antirracista é o “compromisso contínuo em promover a diversidade, combater o preconceito e construir uma sociedade mais justa e igualitária”.

Referências

AÇÃO de Liberdade: nº18, Maço: 06, Centro de Documentação Histórica de Carangola/MG Ação de Liberdade, maço 7, feito 11 1886, Centro de Documentação Histórica de Carangola/MG.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.

ALVES, C. S. **Registros da liberdade**: condições e possibilidades para alforria em Feira de Santana [Bahia, 1850-1880]. 2022. 257 f. Tese [Doutorado em História] – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36444>. Acesso em: 16 jun. 2025.

AMORIM, A. M.; PAULA, M. H. Configurações de liberdade em cartas de alforria de Catalão-Goiás [1861-1876]. **MOARA–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras**, v. 1, n. 50, p. 169-186, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v1i50.6810>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/6810>. Acesso em: 17 jun. 2025.

BBC. 'Não foi a 1ª, nem 2ª e nem 3ª': dez vezes em que Vini Jr foi vítima de racismo na Espanha. **G1**, 22 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/05/22/nao-foi-a-1a-nem-2a-e-nem-3a-dez-vezes-em-que-vini-jr-foi-vitima-de-racismo-na-espanha.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2024.

BLOCH, M. A história, os homens e o tempo. *In*: BLOCH, M. **Apologia da História ou O ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOECHAT, M. C. C. R. **A ocupação da Região de Carangola**: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas da zona da mata mineira na segunda metade do século XIX. 2006. Dissertação [Mestrado em História] – Universidade Severino Sombra-UNIVERSO, Vassouras, 2006.

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 21 mar. 2023.

CAIXETA, M. R. **Por uma pedagogia multirracial**: inclusão, emancipação e ressignificação dos estudantes negros no ambiente escolar. 2020. Dissertação [Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica –EPT] – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2020.

CARVALHO, M. J. M. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822- 1850. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CARVALHO, R. A. B. **Imigrantes italianos em uma nova fronteira**: Noroeste Fluminense [1896-1930]. 2001. 135 f. Dissertação [Mestrado em História Social do Trabalho] – Universidade Severino Sombra-UNIVERSO, Vassouras, 2001.

CASTRO, H. M. M. **Das cores do silêncio**: significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORRÊA, R. R. Cotidiano, criminalidade e relações escravistas em Santa Luzia do Carangola [MG] – 1873 e 1888. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL UFES/PARIS-EST, 6., 2017, Vitória. **Anais [...]**.

COSTA, E. V. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: DIFEL. 1966.

DIAS, S. O. **As ações de liberdade de escravos na justiça de Mariana 1850-1888**. 2010. 156 f. Dissertação [Mestrado em História] – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/2586>. Acesso em: 17 jun. 2025.

IFFLUMINENSE. **NEABIs**: Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas Disponível em: <https://admin.portal.iff.edu.br/o-iffuminense/extensao/programas/nucleos-de-estudo-afro-brasileiros-e-indigenas-neabi/neabis>. Acesso em: 21 jul. 2025.

KARASCH, M. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro [1808-1850]**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LEAL, F. P. **Diversidade e relações étnico-raciais na educação profissional e tecnológica: uma proposta de curso livre enfrentamento ao preconceito**. 2023. 101 f. Dissertação [Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)] – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2023. Disponível em:

https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14036904. Acesso em: 17 jun. 2025.

MACEDO, J. Descolonizando a narrativa: O papel da história africana na construção da identidade nacional. *Revista de Teoria da História*, v. 23, n. 1, pp. 233-258, 2020.

MASSA, F. **Um francês no vale do Carangola: Alexandre Brèthel, farmacêutico e fazendeiro [pesquisa sobre sua correspondência brasileira, 1862-1901]**. [s. l.]: Crisálida, 2016.

MATTOSO, K. M. Q. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

MEIRELES, Cecília. **Romanceiro da Inconfidência: obra poética**. [3. ed.]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

MERCADANTE, P. **Crônica de uma Comunidade Cafeeira o vale e o rio**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

MERCADANTE, P. **Da Aventura Pioneira ao Destemor à Travessia: Santa Luzia do Carangola**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2003.

MOURA, C. **Rebeliões na senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981.

MOYA, I. Redação do Enem tem valorização da herança africana no Brasil como tema. *Estadão*, São Paulo, 3 nov. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/educacao/tema-redacao-enem-2024/>. Acesso 4 nov. 2024.

PACINI, H. F. **O silêncio de griot: as representações da escravidão africana nas aulas de história no ensino fundamental**. 2016. 153 f. Dissertação [Mestrado em Educação] – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.48.2017.tde-30032017-160359>. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-30032017-160359/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

PINHEIRO, B. C. S. **Filosofia de onde? Filosofia para quem?: considerações éticas em afroperspectiva na filosofia ubuntu**. 2021. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso [Graduação em Filosofia] – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34929>. Acesso em: 17 jun. 2025.

RESENDE, L. S.; SILVA, A. V. A concessão da liberdade no Brasil escravista: os sentidos de liberdade em cartas de alforria. *identidade!*, São Leopoldo, v. 21, n. 1, p. 4-17, 2016. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/identidade/article/view/1478>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SANTOS, J. V. **Liberdade na escravidão**: uma abordagem semântica do conceito de liberdade em cartas de alforria. 2008. 257 p. Tese [Doutorado em Linguística] – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2008.436056>. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/Identidade/article/view/1478>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SIQUEIRA, Y. P.; DIAS, I. A. D. S.; AMORIM, C. R. Formação em Educação das Relações Étnico-Raciais: dialogando sobre práticas educativas. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 12, n. 28, p. 628–647, 2020. DOI: <https://doi.org/10.58422/repesq.2020.e1011>. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1011>. Acesso em: 20 maio 2025.

SLENES, R. W. **Na Senzala uma Flor**: esperança e recordações na formação da família escrava-Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SÔNEGO, M. J. F. **Cartas de alforria em Alegrete [1832-1886]**: informações, revelações e estratégias dos escravos para a liberdade. 2010. 113 f. Dissertação [Mestrado em História] – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.

SOUZA, E. A. **A lei 10.639/03 na formação de professores e o pertencimento étnico-racial em escolas públicas de Porto Alegre**. 2009. 140 f. Dissertação [Mestrado em Educação] – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/21374>. Acesso em: 20 maio 2025.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

COMO CITAR ESTE ARTIGO SEGUNDO AS NORMAS DA REVISTA

ABNT: MAZOTTO, D. B.; AZEVEDO, J. M.; NEVES, K. H. Cartas de Liberdade [1885-1888] e a Resistência: Reflexões para o Ensino de História na Educação Profissional e Tecnológica. *Vértices [Campos dos Goitacazes]*, v. 27, n. 1, e27123445, 2025. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v27n12025.23445>. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/23445>.

APA: Mazotto, D. B., Azevedo, J. M. & Neves, K. H. [2025]. Cartas de Liberdade [1885-1888] e a Resistência: Reflexões para o Ensino de História na Educação Profissional e Tecnológica. *Vértices [Campos dos Goitacazes]*, 27(1), e27123445. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v27n12025.23445>.

DADOS DO AUTOR E AFILIAÇÃO INSTITUCIONAL

Dayane de Barros Mazotto – Mestra em Educação Profissional Tecnológica [ProfEPT] – IFFluminense. Professora de História da Rede Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro [SEEDUC RJ] – Brasil. E-mail: dayane.mazotto@gsuite.iff.edu.br.

Jefferson Manhães de Azevedo – Doutor em Engenharia de Sistemas e Computação [COPPE/UFRJ]. Professor Titular no Instituto Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes/RJ – Brasil. E-mail: jeffersonmazevedo@gmail.com.

Karina Hernandes Neves – Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Docente no Instituto Federal Fluminense Campus Bom Jesus/RJ – Brasil. E-mail: karina.neves@gsuite.iff.edu.br.

FINANCIAMENTO

Os autores declaram não ter tido financiamento externo para a pesquisa que originou deste artigo.

APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA

A pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa [CEP] do IFFluminense, obtendo parecer favorável, conforme Apreciação Ética [CAAE nº 5074255123.3.0000.0298] e Parecer nº 6.603.885. O estudo seguiu as diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando a proteção dos participantes e a observância dos princípios éticos da pesquisa científica.

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

DISPONIBILIDADE DOS DADOS

Não se aplica.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Os autores declaram que houve uso de ferramentas de inteligência artificial apenas para a correção ortográfica em poucas partes do texto.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTRAL

Este documento é protegido por Copyright © 2025 pelos Autores

LICENÇA DE USO

Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](#). Os usuários têm permissão para copiar e redistribuir os trabalhos por qualquer meio ou formato, e também para, tendo como base o seu conteúdo, reutilizar, transformar ou criar, com propósitos legais, até comerciais, desde que citada a fonte.

RESPONSABILIDADE PELA PUBLICAÇÃO

Essentia Editora, coordenação subordinada à PROPPIE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da Essentia Editora.